

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ESCOLA INDÍGENA DA ALDEIA CACHOERINHA/MIRANDA-MS E A REPRESENTAÇÃO DOS HABITANTES DA ALDEIA SOBRE A ESCOLA

Vianey Lipú Gonçalves Turíbio¹, Beatriz dos Santos Landa²

1. Estudante do Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados;
vianeylg@yahoo.com.br

2. Professora do curso de Ciências Biológicas, Química e Letras da UEMS, Unidade Universitária de Dourados, bialanda@uems.br

Área Temática da Extensão: Educação

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo o estudo das políticas públicas previstas no ordenamento jurídico para a educação escolar indígena e sua implantação e/ou efetivação na escola indígena da aldeia Cachoeirinha, localizada no município de Miranda/MS para compreender a representação que os moradores da aldeia possuem sobre a escola e o processo de escolarização. Foram estudadas as legislações nacionais e as legislações municipais sobre a temática, e entrevistados diferentes atores participantes do processo: professores, alunos, lideranças, e pais. Mesmo com toda a legislação favorável à autonomia indígena na gestão dos ambientes escolares, a comunidade da aldeia Cachoeirinha no início do século XXI ainda tem como demanda a criação efetiva de uma escola indígena que permita a gestão feita pelo povo Terena do local participando da administração da escola por meio de representantes eleitos em votação direta, podendo então definir toda a dinâmica da escola. A importância da escola é destacada por todos os atores entrevistados- professores, alunos, lideranças- para que seja possível alcançar um ensino que respeite a diversidade sócio-cultural de cada povo indígena e da sociedade brasileira, atendendo o que está disposto em toda a legislação sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação educacional, escola indígena, aldeia Cachoeirinha/MS

INTRODUÇÃO

O processo de escolarização para os povos indígenas, ocorreu dentro de uma política indigenista integracionista, numa prática de controle político e civilizatório desde o período colonial e permanece, em alguns casos, até a contemporaneidade. No estado de Mato Grosso

do Sul as escolas formais nas áreas indígenas com caráter religioso ou leigo, foram implantadas sem consulta aos povos que a mesma atenderia, em uma evidente proposta de transformar os índios em trabalhadores nacionais cuja diferença étnica desapareceria no conjunto da população. Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve a afirmação da identidade diferenciada negada aos antepassados indígenas ainda pouco efetivada, mesmo com a previsão de garantia aos direitos diferenciados a que o povo indígena almejava, aliada a outras legislações infraconstitucionais que possuem o mesmo ordenamento. Vivencia-se a todo momento, que a luta por terra, educação e saúde diferenciada, respeito as práticas culturais no cenário nacional é ainda um grande problema a ser enfrentando constantemente em vários pontos do país que exige dos indígenas um espírito crítico, engajado, e participante do debate de maneira qualificada para que a cultura indígena seja respeitada. Com os dados da pesquisa pode-se constatar a violação dos preceitos constitucionais e infraconstitucionais pela falta de efetivação de uma escola indígena plural, diferenciada, bilíngüe e intercultural. Entretanto, deve ser reconhecido e valorizado o grande esforço conjunto que os alunos do ensino superior dos diversos cursos que freqüentam as universidades no Estado, aliados a lideranças, pais e jovens na tentativa de concretizar o cumprimento do que está disposto na legislação, apresentando e refletindo com os alunos um ensino que respeite a diversidade e os aspectos culturais de cada povo indígena para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária em direitos e respeitosa com a diversidade.

MATERIAL E MÉTODO

Para atingir o objetivo proposto, foram estudadas as legislações nacionais como a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, o RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, as legislações municipais sobre a temática e pesquisas bibliográficas em livros, Doutrinas, Jurisprudências e publicações em anais de congressos, legislações e sites de busca na internet. Também foram entrevistados diferentes atores participantes do processo: professores, alunos, lideranças, e pais em atividades de campo realizada na aldeia Cachoeirinha/MS para coletar informações da vivência escolar e dos anseios da comunidade em relação à escolarização existente no local

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados junto à comunidade da aldeia Cachoeirinha e com os diferentes atores envolvidos na temática abordada, pode-se verificar que as políticas nestas escolas

estão fortemente influenciadas pelas políticas educacionais emanadas tanto pelo Estado como pelo município, o que dificulta ainda mais a implementação concreta de uma política efetiva e diferenciada em relação à educação escolar nesta aldeia indígena. A escola existente dentro desta comunidade necessita de uma regularização jurídica, para que seja uma escola autônoma como a legislação brasileira apregoa em vários artigos das leis que tratam do assunto.

Pode-se registrar a importância que a escola enquanto instituição adquiriu na vida e na organização social dos Terena da aldeia em tela. É possível afirmar que a escola se constitui não só como mecanismo de mobilidade para a ascensão profissional e social tanto individual como familiar, mas é também depositária de uma expectativa coletiva relacionada ao grupo étnico como um todo. As percepções simbólicas do grupo atribuem uma valorização expressiva à educação escolarizada, incorporando-a mesmo como um dos valores do grupo. A educação é vista como um instrumento político e como símbolo de uma melhor posição de poder na sociedade envolvente e na aldeia.

Esta importância identitária e simbólica atribuída pelos Terena à escola, pode ser percebida a partir da denominação das escolas existentes dentro da aldeia Cachoeirinha. Com exceção da escola pólo que leva o nome de coronel Nicolau Horta Barbosa, que era funcionário do SPI no início do século XX, todas as demais extensões levam os nomes de lideranças indígenas, caciques ou líderes de famílias extensas. Cada extensão existente em cada um dos setores possui a denominação em homenagem a alguém do local: Escola Luis Raimundo, na aldeia Morrinho; Escola Alexandre Albuquerque, na aldeia Lagoinha; Escola Felipe Antônio, na aldeia Argola; Escola José Balbino, na aldeia Babaçu; Escola José Caetano na sede. Todas estes nomes que denominam as escolas são fundadores ou antigo moradores das respectivas aldeias. Nestas escolas, trabalham professores indígenas, e somente na escola pólo e na Escola do Estadual localizada no local é que atuam professores não-índios, até que haja indígenas com formação compatível para atuar no anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

A escola ocupa um lugar importante na vida e na cultura do povo Terenas, pois ela serviu também como importante espaço de formação das lideranças políticas pertencentes a esta etnia. As trajetórias individuais mostram que muitas vezes elas podem servir para preparar futuros candidatos a “caciques”- ou então administradores para a FUNAI e outros cargos federais, estaduais ou municipais. A existência de um elevado número de professores indígenas nas aldeias Terena como um todo, demonstra a importância que a escola teve ao longo do século passado, e que continua hoje com a busca pela formação em níveis mais elevados como mestrado e doutorado. A escola e a atuação enquanto professor auxilia na

formação de lideranças e na construção de redes de comunicação e sociabilidade dentro da política local.

No período 2004-2006 alguns acontecimentos marcarão mudanças nessas relações, especialmente as eleições municipais 2004 e o processo de luta pelo poder dentro da Cachoeirinha. O projeto da gestão indígena parece esbarrar nas relações de poder dentro da escola tomada enquanto espaço de trabalho. As relações entre trabalho e política serão aqui considerados do ponto de vista das práticas que as equacionam numa totalidade complexa e dinâmica. Esta vinculação é tão estreita que permite pensar na necessidade de formular o problema das relações interétnicas e interculturais em função delas. É preciso considerar que a escola é não somente um espaço simbólico e político, mas também um espaço de trabalho, em que os moradores do local buscam empregos assalariados. Sem considerar essa dimensão, é impossível compreender o funcionamento da "co-gestão" indígena no ambiente educativo.

A criação da "Escola Indígena" por decreto municipal em 2001, foi a culminância do processo político de elaboração e conflito, entre indígenas e elite local. A criação da escola indígena expressa, num certo sentido, a possibilidade de "co-gestão" indígena em nível local da política, como as unidades do órgão indigenista representado pelo Posto Indígena da FUNAI e para instituições integrantes e subordinadas ao poder municipal como a escola. A análise de experiência de escola indígena serve para a reflexão do funcionamento do projeto de "co-gestão" indígena dentro do contexto da política local. Demonstra também as diferenças e similaridades entre os padrões de funcionamento dessa "co-gestão" indígena nas instituições federais para as instituições municipais como a escola e secretaria municipal de educação. Esta é uma estratégia política e projeto de futuro do grupo étnico, que se vê atrelado e limitado diretamente ao campo de força e formas de dominação que se cristalizam no aparelho do Estado, que opera como empregador dentro da imensa máquina de administração pública. É exatamente esta vinculação orgânica entre relações de trabalho e política, entre a condição de sujeição do indígena e a de situação de classe, que produz a complexidade das relações interétnicas que os Terena vivenciam contemporaneamente.

CONCLUSÕES

Ainda não se estruturou um sistema que atenda as necessidades educacionais dos povos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seus modos e ritmos de vida, resguardando o papel da comunidade indígena na definição e no funcionamento do tipo de escola que deseja. A educação escolar indígena caminha a passos lentos com os inúmeros

obstáculos que se apresentam a cada momento. Nesse contexto, um registro deve ser feito: a educação escolar indígena tornou-se uma pauta política relevante dos índios, do movimento indígena e dos apoiadores das questões relacionadas aos direitos diferenciados dos povos indígenas. Deixou de ser uma temática secundária, ganhou importância na medida em que são mobilizados diferentes atores, instituições e recursos. Hoje não mais se discute se os índios têm ou não que ter escola, mas sim que tipo de escola deve ser oferecida pelo Estado com a articulação necessária para a garantia de educação diferenciada e com qualidade conforme garantida pela legislação emanada dos diferentes entes federados e contanto com a participação efetiva dos povos que serão atendidos por este bem público. Atualmente, os Terena residentes na aldeia Cachoeirinha e que fazem parte da escola buscam a possibilidade efetiva de gestão da escola local interferindo também na política municipal em relação à educação.

AGRADECIMENTOS

Fundação Ford, FUNDECT, UEMS

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB nº9394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- SECAD/MEC. 2ª ed.

Brasília, MEC, 2005